

TCP TERMINAL DE CONTÊNERES DE  
PARANAGUÁ S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da TCP TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: TCP TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A.
- CNPJ/MF: 12.919.786/0001-24
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Alexandre Rubio Teixeira Pinto
- Atividades: (i) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (ii) a exploração de instalações portuárias localizadas dentro da área de portos brasileiros, destinada a movimentação e armazenagem de contêineres, veículos automotivos, bens, produtos e equipamentos; (iii) a exploração de serviços intermodais de carga para terceiros, no território nacional ou em operações que envolvam outros países; (iv) a exploração de serviços aduaneiros de exportação e importação, consultoria em comércio exterior, transporte intermodal, armazenamento e agenciamento, estiva e desestiva de navios, operação portuária em todas as suas atividades ou espécies; (v) a exploração de serviços auxiliares e paralelos à movimentação de produtos, bens, equipamentos e veículos nas operações de importação, exportação ou cabotagem, serviços de reparos de contêineres; e (vi) a compra, venda, importação, aluguel ou arrendamento de equipamentos necessários ao desempenho das atividades sociais, compreendidos, entre outros, veículos, equipamentos, contêineres e acessórios pertinentes à movimentação de cargas em geral, incluindo respectiva manutenção.

## Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: 1ª; 2ª; 3ª.
- Data de Emissão (de todas as séries): 15/10/2016
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/10/2019; (ii) 2ª Série: 15/10/2021; e (iii) 3ª Série: 15/10/2022
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.

- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
  - (i) 1ª Série: T CPA11/ BRTCPADBS001;
  - (ii) 2ª Série: T CPA21/ BRTCPADBS019
  - (iii) 3ª Série: T CPA31/ BRTCPADBS027.
- Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão destinados prioritariamente à realização de Capex de expansão da Emissora, notadamente obras de infraestrutura para aumento de 220 metros de cais, construção de 4 (quatro) dolphins para atracação de navios de veículos, bem como de 157.500 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos) m<sup>2</sup> de pátio de contêineres – retroárea (“Projeto”), conforme previsto no item 4 da Escritura de Emissão.

O Projeto encontra-se em curso, sendo que já foram concluídos os projetos de engenharia, sondagens e testes geotécnicos e a Emissora está realizando a seleção de fornecedores. A data estimada de início das obras do Projeto é 01 de outubro de 2016 e a data estimada para conclusão do Projeto é 01 de outubro de 2018.

Em todas as etapas do Projeto, a Emissora contou e contará com consultoria de engenharia especializada que avaliou e avaliará tecnicamente os dados e informações obtidas, buscando a melhor qualidade de obra aliada ao menor custo.

Na Data de Emissão, o valor estimado do Projeto orçado pelo corpo técnico e por consultores da Emissora é de R\$ 570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais) (“Valor Estimado do Projeto”), sendo que o gasto real da Emissora e, conseqüentemente, o montante efetivamente captado por meio da Emissão, poderão ser maiores que o Valor Estimado do Projeto, de modo a suportar os prováveis ajustes de preço e monetários ao longo da execução do Projeto (“Custo Efetivo do Projeto”).

As Debêntures da Terceira Série serão emitidas nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de

novembro de 2011, e da Resolução CMN nº 3.947, sendo os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Terceira Série (considerando os recursos obtidos com a emissão das Debêntures Suplementares (conforme definido na Escritura de Emissão) e das Debêntures Adicionais (conforme definido na Escritura de Emissão)) exclusivamente destinados ao Projeto. O percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto provenientes das Debêntures, sem considerar os recursos obtidos com a emissão das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, é de 95,32% (noventa e cinco inteiros e trinta e dois centésimos por cento), sendo que os recursos financeiros captados por meio das Debêntures da Terceira Série não foram superiores a 100% (cem por cento) do Valor Estimado do Projeto, considerando para esse fim os recursos obtidos por meio do exercício da opção de emissão de Debêntures Suplementares e/ou de Debêntures Adicionais, nos termos do artigo 24 e do parágrafo 2º do artigo 14, respectivamente, da Instrução CVM 400.

Caso todos os recursos líquidos captados por meio das Debêntures, acrescidos do montante captado por meio de eventual Financiamento de Longo Prazo (conforme definido na Escritura de Emissão) que venha a ser contratado pela Emissora anteriormente a 01 de outubro de 2018, superem o Custo Efetivo do Projeto, então a Emissora poderá utilizar os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série para (i) despesas com manutenção de equipamentos, estruturas e instalações da Emissora, e (ii) o reperfilamento do endividamento da Emissora. Entende-se por “Financiamento de Longo Prazo”, o(s) empréstimo(s) ou financiamento(s) em qualquer modalidade, inclusive por meio de operações de repasse, que tenha como finalidade o financiamento do Projeto, a ser obtido junto ao BNDES, ao BRDE ou a outros bancos de fomento da mesma natureza do BNDES e/ou do BRDE.

\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 15/07/2016, foi aprovada a reforma do Estatuto Social da Companhia, incluindo os novos artigos 13 ao 20, bem como alterando a redação do antigos artigos 5º, 7º, 10º, 11, 12, 13, 15, 17, 22, 23, 26, 27, 28 e 30, tendo em vista a deliberação de aumento do capital social da Companhia, bem como de alteração na estrutura da administração da Companhia, mediante (i) a criação do Conselho de Administração; e (ii) a determinação que o Diretor Financeiro passe a acumular também o cargo de Diretor de Relações com Investidores, bem como explicitar as atribuições e poderes para cada diretor, entre outros assuntos.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 52.31-1-02 - Atividades do Operador Portuário;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,10 em 2015 para 0,22 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,52 em 2015 para 2,36 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,52 em 2015 para 2,36 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,34 em 2015 para 0,14 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 92,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 198,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 142,2% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 189,3% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 7,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de todas as séries): R\$ 1.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª e 2ª Séries: não aplicável; e (ii) 3ª Série: IPCA/IBGE
- REMUNERAÇÃO\*: (i) 1ª Série: 100% do DI + 3,40% a.a.; (ii) 2ª Série: 100% do DI + 3,90% a.a.; e (iii) 3ª Série: 7,8164% a.a.

\*Redação em conformidade com o 1º e 2º Aditamentos à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016): não houve pagamentos no período.
- POSIÇÃO DO ATIVO\*:

TCPA11 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 100.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 100.000

TCPA21 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 60.095

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 60.095

TCPA31 – 3ª Série:

Quantidade em circulação: 428.047

Quantidade em tesouraria: 0  
Quantidade total emitida: 428.047

\*Redação em conformidade com o 1º e 2º Aditamentos à Escritura de Emissão.

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: não houve;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.26.2, alínea “(xxvii)” da Escritura de Emissão.



### 1) Dívida líquida combinada / EBITDA ajustado combinado

Descrição	
(a) Dívida Líquida combinada /	2,57
(b) EBITDA Ajustado combinado	

Os detalhes dos cálculos se encontram abaixo e foram baseados nas demonstrações financeiras auditadas expressas em milhares de reais:

	<u>Terminal</u>	<u>Log</u>	<u>Combinado</u>	
(a) Passivos com Instituições Financeiras (vide Anexo II) (-)	(705.225)	(25)	(705.250)	= 2,57
(a) Disponibilidades (vide Anexo II)				
(b) EBITDA Ajustado combinado (vide Anexo II)	272.449	1.708	274.157	

### 2) EBITDA Ajustado combinado / Despesa financeira ajustada combinada

Descrição	
(a) EBITDA combinado ajustado /	2,66
(b) Despesa Financeira Ajustada combinada	

Os detalhes dos cálculos se encontram abaixo e foram baseados nas demonstrações financeiras auditadas expressas em milhares de reais:

	<u>Terminal</u>	<u>Log</u>	<u>Combinado</u>	
(a) EBITDA Combinado (vide Anexo II)	272.449	1.708	274.157	= 2,66
(b) Despesa financeira combinada (vide Anexo II)	(103.126)	(42)	(103.168)	

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

#### 10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) Fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

#### 11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

Balço patrimonial  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	613.153	37.386
Contas a receber de clientes	5	45.371	40.395
Estoques		370	222
Impostos a recuperar	6	10.888	7.348
Partes relacionadas	10	1.728	-
Outros créditos		3.184	1.725
		<b>674.694</b>	<b>87.076</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras		-	5.685
Depósitos judiciais	14	11.222	8.154
Partes relacionadas	10	6.867	13.757
Outras contas a receber	5	5.634	2.860
Imobilizado	8	679.500	641.358
Intangível	9	1.982.206	560.818
		<b>2.685.429</b>	<b>1.232.632</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.360.123</b>	<b>1.319.708</b>

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		23.737	20.590
Empréstimos e financiamentos	11	196.087	84.607
Debêntures	12	3.126	-
Contrato de concessão	13	41.139	34.759
Impostos e contribuições a recolher	16	3.017	8.124
Partes relacionadas	10	2.057	2.136
Parcelamento dos impostos - REFIS	17	1.878	1.877
Outras obrigações	15	14.596	14.427
		<b>285.637</b>	<b>166.520</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	564.538	666.322
Debêntures	12	554.627	-
Partes relacionadas	10	9.912	16.270
Contrato de concessão	13	1.760.151	265.630
Parcelamento dos impostos - REFIS	17	12.835	14.713
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	10.104	11.272
Impostos diferidos	7	41.389	46.692
		<b>2.953.556</b>	<b>1.020.899</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	109.379	107.404
Reservas de lucros		11.551	24.885
		<b>120.930</b>	<b>132.289</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.360.123</b>	<b>1.319.708</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 2

### Demonstração dos resultados

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015*

*(Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em Reais)*

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	21	466.905	449.606
Custo dos serviços prestados	22	(274.068)	(251.129)
Lucro bruto		192.837	198.477
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	(999)	(889)
Despesas gerais e administrativas	22	(42.171)	(34.261)
Resultado financeiro	23	(183.472)	(126.599)
Outras, líquidas	24	20.169	22.069
Total das despesas operacionais, líquidas		(206.473)	(139.680)
Lucro antes dos impostos		(13.636)	58.797
Impostos de renda e contribuição social corrente	7	-	(7.406)
Impostos de renda e contribuição social diferido	7	5.303	(12.562)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(8.333)	38.829
Lucro (prejuízo) líquido, básico e diluído, por ação – R\$	20	(1,03)	4,78

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A**  
Paranaguá - PR

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

##### *Reconhecimento de receita*

Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou de receita inexistente e, portanto, apresentam um risco de distorção relevante às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, incluídas pela Administração na nota explicativa 2.3.

##### *Ativo intangível do contrato de concessão*

Em abril de 2016, a concessão obtida pela Companhia referente à exploração das instalações portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um terminal de contêineres foi renovada junto ao poder concedente, tendo sua vigência ampliada para até 07 de outubro de 2048. O referido contrato prevê que sejam efetuadas pela concessionária investimento na infraestrutura da concessão, incluindo obras de ampliação, atualização, aprimoramento e manutenção dos bens que integram a área concedida. Como resultado da renovação foi reconhecido ativo intangível relacionado ao direito de uso da infraestrutura no montante de R\$1.454.638 mil em contrapartida ao passivo financeiro, referente aos pagamentos mensais a serem efetuados a uma taxa fixa pelo arrendamento do local, adicionado de tarifa por volume de movimentações, conforme previsto no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância do valor envolvido, além do fato que o cálculo do valor presente do ativo financeiro envolve julgamento e a utilização de premissas subjetivas por parte da Administração da Companhia.



Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação da adequação do registro contábil resultante e avaliação das premissas adotadas e cálculos efetuados para o ajuste a valor presente. Obtivemos o novo contrato de renovação da concessão firmado pela Companhia e avaliamos os respectivos impactos na contabilidade, especialmente no que tange à atualização do passivo financeiro (nova obrigação perante a concessão). Adicionalmente, para uma amostra de adições à infraestrutura do serviço da concessão, efetuamos teste documental, análise da natureza dos gastos capitalizados e sua adequação em relação às normas contábeis em vigor, além de recálculo da amortização calculada pela Companhia.

Adicionalmente, efetuamos leitura do contrato e avaliamos os impactos relativos as divulgações pertinentes sobre tal tema.

#### *Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

Como resultado de suas atividades operacionais, a Companhia é parte em diversos processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível e nenhuma provisão foi constituída, no montante de R\$ 57.309 mil em 31 de dezembro de 2016.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Envolvermos especialistas tributários, quando necessário, para auxiliar na interpretação e avaliação de riscos de causas mais subjetivas e efetuamos reuniões periódicas com a Administração e com os seus especialistas para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações sobre esse assunto incluídas na nota explicativa 14 foram adequadas.

#### **Outros assuntos**

##### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 09 de março de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 015.199/F-6



Alexandre Rubio  
Contador CRC 1SP223361/O-2